

A AGRICULTURA E O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Elisângela Couto, mestre em Geografia Humana pela

USP - Universidade de São Paulo/Departamento de Geografia/ Avenida Prof. Mello Moraes, 1235, Bloco C – apto 301/Email: portuscouto@yahoo.com.br

Resumo

Esse trabalho busca compreender os usos diferenciados que a agricultura empreende ao território, tornando-o cada vez mais fluido aos interesses dos grandes agentes corporativos. Esse uso diferenciado aponta para as funções que os lugares devem cumprir a partir das demandas nacionais e internacionais. De um lado, a racionalização da agricultura tornou o território cada vez mais acrescido com os conteúdos da técnica, ciência e informação que possibilitaram importantes avanços nesse setor. Por outro lado, persistem os conflitos pelos quais passam os pequenos agricultores, envolvidos pela crescente normatização dada pelo Estado e pelo mercado.

Introdução

Uma maior racionalidade dada ao espaço geográfico teve início a partir do século XIX, época da Segunda Revolução Industrial, associada também como o período em que se constituíram o uso das máquinas e a divisão territorial do trabalho mais intensa. Anteriormente, o espaço geográfico mundial não era transformado radicalmente pela ação humana, o que permitiu que Milton Santos (1996) denominasse a fase anterior de meio natural ou pré-técnico. Contudo, as relações sociais no espaço geográfico tornaram-se marcadamente mais aceleradas a partir da segunda guerra mundial, mais especificamente após a década de 1970, o que Milton Santos denominou de período técnico-científico e informacional. O território brasileiro acompanhou em graus diferenciados as transformações mundiais dadas pelo progresso científico e tecnológico, de acordo com a amplitude com que cada lugar recebia as inovações vindas dos países desenvolvidos. O território, a partir de políticas governamentais, tornava-se mais integrado nacionalmente, o que possibilitava maior racionalidade das ações no espaço geográfico brasileiro com objetivo de colocar o país na rota das modernizações tecnológicas. Assim, foi posta em prática uma série de políticas de planejamento, com o intuito de que uma vez modernizadas as estruturas econômicas, principalmente, o país seria capaz de desenvolver-se, inserir-se no contexto econômico mundial e tornar-se mais competitivo para então solucionar os problemas sociais.

A técnica como mediadora das temporalidades e do uso corporativo do território

As transformações realizadas no território foram possíveis devido às técnicas presentes em cada período histórico. Surgida da relação com o meio geográfico e das necessidades humanas, a técnica tornou-se um instrumento de aceleração das mudanças no espaço geográfico. Nos dizeres de Karel Kosik (1976), a

técnica é a mais perfeita expressão da razão e a razão é a técnica do comportamento e da ação. É válido afirmar que as técnicas são conseqüências de um conjunto de ações que constrói de forma dialética a manutenção e a inovação de objetos técnicos num determinado período. Assim, esse conjunto de ações e objetos técnicos, associados à idéia de densidade normativa e política, colabora para uma divisão social e territorial do trabalho.

Diante de novos usos do tempo e do espaço, *objetos materiais e imateriais* (SANTOS, 1996), desenham as mentalidades de cada época por meio de conteúdos ligados à ciência, à técnica e à informação. Assim, recorrer à periodização associada à idéia de expansão do meio técnico-científico e informacional como recurso de entendimento do território torna-se oportuno e possibilita entender as consecutivas transformações do processo de modernização do território. Nesse sentido, a busca pela compreensão dos usos do tempo e do espaço, dados a partir do processo de modernização e diferenciados por meio de *razões instrumentais* (HABERMAS, 1988) é o objetivo principal do artigo.

Pensando numa aplicabilidade mais restrita dos eventos que caracterizam as transformações do território e das relações sociais nele dadas, escolhemos o uso da atividade agrícola para apontar como, a partir dela, também é possível contar a história das modificações do território brasileiro. No uso agrícola do território, o vetor principal foi a modernização agrícola, que possibilitou maiores produções em menores áreas graças aos novos conteúdos técnico-científicos capazes de construir estradas de ferro, rodovias, hidrovias, modernização aérea e um conjunto de fluxos imateriais como normas, mensagens e idéias que, juntos, são os principais responsáveis pela configuração atual do território.

O território brasileiro esteve, desde o início, envolvido por uma lógica associada aos agentes hegemônicos, mas, dentro desse movimento, recriações de outras lógicas ligadas ao tempo

das pessoas do lugar, também, estavam presentes. Diante disso, construíam-se temporalidades diversas num mesmo lugar. Temporalidades ligadas à cultura, à economia, à religião etc., e, numa análise rápida dos dias atuais, as coexistências temporais continuam presentes, sendo intensificadas pelas ações verticalizadas investidas no território. Essas coexistências são resultados da distribuição desigual de ações e objetos que levam à diferenciação dos usos do tempo, do espaço e das pessoas. A relação do espaço de tempo e espaço é primordial para entender as diversas relações sociais, pois conforme Milton Santos (1994, p. 42), tempo, espaço e mundo são realidades históricas e em qualquer momento o ponto de partida é a sociedade humana que se realiza “[...] *sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições*”.

Contudo, a modernização faz parte de um processo de integração da agricultura ao sistema capitalista industrial que, *“Especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60”* (GRAZIANO SILVA, 1996, p.30), veio de forma desigual, uma vez que é expressa por meio de manchas, assim como em outros municípios.

A agricultura brasileira que outrora fora considerada como sinônimo de atraso, a partir da mudança de mentalidade de modernização, as *racionalidades dos fins* (WEBER, 2000) ganharam novos conteúdos de inserção dentro de um modelo capitalista, baseado na parceria entre a indústria e a agricultura, tendo como objetivos a inserção do país no contexto mundial.

Na agricultura, é cada vez maior a razão instrumental associada à lógica competitiva, à produção. Em relação aos pequenos produtores, essa ação é controlada pelos agentes de maior poder, *“O campo modernizado é o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível”* (SANTOS, 2002, p.305). Porém, não se deve associar a racionalidade dos objetos técnicos a serviço apenas dos atores hegemônicos, como alerta Santos (2002, p.306) ao afirmar que os objetos técnicos também têm valores de uso. O problema maior consiste no uso que é feito desses objetos.

Mostrava-se então, no século XX, um cenário diferente dos vistos nos séculos precedentes. Ao pensar o território brasileiro, o século XX

trouxe novos eventos que dinamizaram as relações sociais e o espaço geográfico. Eventos ligados, sobretudo, à atuação do Estado agora se dedicando mais à integração territorial interna do país, assim como investindo em políticas tendo como objetivos a integração do país no mundo globalizado.

O território brasileiro modernizou-se, mas deixou intacta a estrutura fundiária que até os dias atuais permanece desigual. Foi a partir da seletividade na criação de políticas e investimentos que o país modernizaria seus *sistemas de engenharia*. Por outro lado, multiplicaram-se os ramos ligados à agricultura, porém, aquelas que tiveram maior atenção por intermédio de políticas, estavam ligadas ao comércio externo. O mercado interno só ganharia atenção a partir das crises mundiais e do processo de industrialização que obrigava o país a investir no abastecimento dos grandes mercados urbanos que estavam consolidando-se.

Com o término da segunda guerra mundial, novas políticas externas incentivavam países como o Brasil a adotarem o pacote tecnológico da chamada *Revolução Verde*, o qual se baseava no emprego de sementes melhoradas, máquinas e circuito produtivo da indústria de insumos em geral (químicos e biológicos). Conforme Dias Oliveira (2006), esse período foi marcado pelo binômio ciência-tecnologia, que caracterizou a base da chamada agricultura científica no Brasil, incentivada pela lógica de alta produtividade, competitividade e mercado externo.

Nesse mesmo período, após lenta acumulação de inovações anteriores, constituiu-se por meio da Revolução Verde uma nova compreensão de agricultura que gradualmente tornou-se hegemônica em todo o mundo não apenas no plano científico, mas nos diferentes sistemas agrícolas dos países que a ela aderiram, integrando novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social, acabando por quebrar a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado (NAVARRO, 2001).

Assim, as décadas de 1960 e 1970 assistiram a uma série de transformações ocorridas no território brasileiro, principiadas por ações do Estado, que visava à integração entre os setores econômicos e difundia os programas de interiorização do desenvolvimento e políticas de descentralização industrial. Um dos determinantes mais importantes da década de 1970 foi o processo de industrialização, iniciado na década de 1930 e intensificado nos anos de 1950. Nos anos de 1970, o crescimento

demográfico urbano já apresentava população mais significativa que a população rural.

O sentido pelo qual o Estado tornou-se fundamental para os processos de modernizações pelas quais passou o território brasileiro está entrelaçado às ações que partiram de agentes hegemônicos, sobretudo, estrangeiros, que, a partir daquele período, coordenam os ritmos de países como o Brasil. Assim, o território brasileiro quando revelado na sua totalidade, apresenta zonas opacas e luminosas (SANTOS, 1996) que traduzem as ações desses agentes, bem como as prioridades do Estado que, na maioria das vezes, utiliza de planejamentos reticulares para apontar o destino dos cidadãos: “*O Estado também usa o território, mas, sobretudo, o prepara para o jogo dos agentes sociais. A questão que não pode ser evitada é quem se beneficia dos novos conteúdos do meio geográfico neste período da globalização?*” (SILVEIRA, 2002, p. 13).

O crescimento econômico de um país não necessariamente traz mudanças sociais significativas. Prova disso são as condições de escassez (SARTRE, 1947) que a maioria dos brasileiros atravessa nesse período em que descobertas técnico-científicas maravilham a humanidade. Assim, a sobrevivência da maioria torna-se cada vez mais difícil neste período dito moderno. Todavia, as grandes transformações nas esferas econômicas, políticas e culturais devem pautar-se pelo bem-estar social como condição *sine qua non*. Todavia, o percurso adotado pelo Estado foi modernizar os setores da economia e, como consequência, a base social brasileira apresentaria melhores índices ligados às condições de vida. Nesse quadro, a modernização agrícola tornou-se seletiva, uma vez que as prioridades passavam pela esfera econômica *a priori* e não pela esfera social.

O resultado dessa modernização alargou a distância entre os *espaços opacos e luminosos* (SANTOS, 2002) que se refletiram nas desigualdades acumuladas durante o processo de transformação do território, acelerado pela fluidez e velocidade decorrentes das técnicas da informação, que articulam as demais técnicas, produzem novos lugares e conteúdos que levam à ilusão da velocidade como necessidade indispensável de fluidez em prol dos capitais globalizados. Dessa forma, o território também pode ser definido nas suas desigualdades em função da seletividade dos lugares pelo capital (BERNARDES, 2005).

A partir de especializações de cultivos como os da cana-de-açúcar, do café, da laranja, da mandioca e da soja, o território brasileiro se apresenta cada vez mais voltado para a economia mundializada.

O fato de que certas regiões possuem densidade de modernizações menor que outras, como é o caso da região Nordeste, não impede a presença da atuação de agentes hegemônicos, porém, com graus de ações diferentes daquelas implementadas em outras regiões. No nordeste, assim como nas demais áreas, há zonas luminosas e opacas. O que se deve levar em conta são os tipos de ações e objetos operacionalizados em cada porção do território, pois essa segmentação é o resultado de divisões territoriais que originaram planos e propósitos diferenciados: “*Na realidade é essencial reconhecer os processos reguladores e suas manifestações geográficas*” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.263).

As consequências de modernizações pensadas a partir de políticas verticais demonstram como a violência por parte desse processo atinge os lugares. Na arquitetura das grandes cidades, influenciadas por um conjunto de *verticalidades* (SANTOS, 1996), representadas por firmas empresariais nacionais e multinacionais, também existem espaços urbanos com presenças de grandes favelas e cortiços, indicando o contraste dessa modernização. Os problemas de moradias, de saúde, de educação e violência apresentam mais faces desse processo.

Vale ressaltar que as empresas têm um importante papel nessa normatização, uma vez que acabam por ditar normas, por vezes mais rígidas que as do poder público, que deverão ser acatadas pelos cidadãos, na medida em que eles estejam submetidos direta ou indiretamente a elas (SANTOS, 1993). Para Ricardo Mendes, a crescente normatização do território, antes dada pelo Estado, vem sendo substituída pelas normas dadas por outros agentes, como é o caso das empresas, “*Segundo a tese de que o espaço geográfico é instância da sociedade, à medida que as transnacionais passam a controlar e produzir os grandes sistemas de engenharia (como telecomunicações, energia elétrica, entre outros), regulam o território*” (ANTAS JR, 2004, p.85).

Considerações finais

O uso agrícola do território brasileiro nos permite afirmar a existência de modernizações conservadoras (GRAZIANO SILVA, 1996), na medida em que o território ganhou conteúdos tecnológicos, porém manteve, em proporções diferenciadas, a mesma concentração de dinheiro, terras e poder nas mãos dos grandes agentes ligados à atividade agrícola.

A modernização da agricultura torna-se seletiva, na medida em que os lugares são organizados de acordo com seus potenciais econômicos principalmente. É o caso do Estado de São

Paulo, em que a origem da dinamização socioeconômica remonta à cultura cafeeira, que tornou possível a expansão e integração territorial do Estado por meio das ferrovias. Posteriormente, esse modelo foi abandonado para ceder lugar ao sistema rodoviário, a partir da década de 1950, devido a processo de industrialização proporcionado pelas bases da economia cafeeira. A partir da década de 1970, por meio de políticas de interiorização do desenvolvimento, o processo de industrialização segue para o interior.

As ações sociais e os lugares ganham características particulares na medida em que existe uma divisão territorial do trabalho em que são cristalizadas e vislumbradas as mentalidades do período. De certo, haverá lugares em que as densidades técnicas, científicas e informacionais permanecerão mais concentradas, já, em outros, irão se manifestar com menor intensidade. Assim, em conjunto com os sujeitos sociais, as técnicas e normas particularizam e controlam os lugares e constituem novos usos do tempo e do espaço. Porém, o mesmo poder desses instrumentos em racionalizar as ações e o território pode ser usado pelos agentes sociais como instrumentos que colaborem para dignificar a existência humana. Assim, a questão maior é analisar de que forma as técnicas, a ciência, a informação e as normas estão sendo utilizadas e para quais fins.

Se, de um lado, os agentes hegemônicos utilizam o tempo e o espaço de maneira a atingir fins voltados, na maioria das vezes, para a acumulação de capital, por outro lado, é necessária a mudança de mentalidades em usufruir o tempo e o espaço como forma de reprodução das existências humanas.

A fragmentação dos usos do tempo e do espaço traz para a discussão reflexões de como são colocadas as consecutivas modernizações dadas no espaço geográfico. Mais importante é observar como os agentes hegemônicos que fazem política e economia desejam que enxerguemos as mudanças socioespaciais; assim, temos de um lado, um país moderno coordenado pelas racionalidades hegemônicas e, de outro lado, as conseqüências sentidas pela maioria da sociedade envolvida nesse processo de racionalização.

Referências Bibliográficas

ANTAS Júnior, Ricardo Mendes. MENDES. **Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território.** In: Espaço e Tempo, São Paulo, GEOUSP, nº 16, pp. 81-86, 2004.

BERNARDES, Júlia Adão. **A crise da racionalidade econômica: os novos desafios do capital.** São Paulo: USP, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, CD ROM.

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa. **Racionalidad de acción y racionalización social.** Madrid: Taurus, 1988.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** In: Instituto de Estudos Avançados (IEA) - USP. São Paulo, vol.15 n.43, São Paulo, set./dec. 2001.

OLIVEIRA, Vanessa Dias. **O espaço agrário brasileiro no contexto técnico-científico e a emergência de novas formas de trabalho.** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), CD ROM.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SARTRE, Jean Paul. **Situations III.** Paris: Gallimard, 1947.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp, 1996.

SILVEIRA, Maria Laura. **Globalização, trabalho, cidades médias.** In: Revista: Geo-UERJ (Revista do Departamento de Geografia). Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 2002, pp.11-17.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UNB, 2000.